

# Mandato

Apreensivo com o resultado da votação, o PMDB já defende as diretas. Sempre de olho na eleição de Lula-Brizola.

Os dirigentes do PMDB estão preocupados. Eles temem uma reação popular, na eventualidade de a Comissão de Sistematização aprovar, no próximo domingo, o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Por isso, cresce entre os líderes do partido a tendência pelas diretas já em 1988, com a adoção do parlamentarismo. Mas nem assim a cúpula peemedebista fica tranqüila. Se isso ocorrer, eles temem também que já nesta segunda-feira o PDT e o PT estarão nas ruas em pregação nacional para que o plenário da Constituinte reverta o parlamentarismo para presidencialismo que, com o benefício dos quatro anos, favorecerá a aliança natural entre Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva.

Esse quadro de controvérsias foi atentamente examinado ontem à noite durante um encontro reservado entre o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, o senador

José Richa e o relator Bernardo Cabral. Conforme disseram alguns vice-líderes do PMDB, a cúpula não está preocupada apenas com a decisão de domingo na Sistematização. O que eles discutem é a inevitável frustração popular se for aprovado o mandato de cinco anos: haveria o risco do desgaste da legenda, que a cúpula já prevê conseqüências nas eleições para prefeito, com o agravante da crise econômica.

Os cálculos sobre os possíveis resultados de domingo são os mais desencontrados. "Ou dá parlamentarismo com cinco anos, ou com quatro e adoção imediata", prognosticou ontem um parlamentar com bom trânsito no Planalto. "Não há acordo à vista", emendou. "Com quatro anos, o presidencialismo poderia ser restabelecido no plenário. Com cinco, seria mais difícil e, nesse caso, já em março, Sarney passaria a

ser chefe de Estado, indicando o primeiro-ministro para chefiar o governo."

## Últimas esperanças

Segundo seus próprios professores, Sarney está incansável nestes dias. Em tempo integral ele se dedica a contar parlamentares e mobilizar ministros para que influam em seu favor na votação. A tarefa é difícil. Dos 93 membros da Sistematização 69 foram consultados ontem pelo *Jornal da Tarde*: 25 se mantêm pelos cinco anos, 37 são a favor de quatro e sete estão indecisos.

Essas contas, porém, não coincidem com as que dispõem os que defendem os cinco anos para Sarney: dizem eles já ter 47 votos. Mas os que querem quatro anos também dizem contar com 47 votos; e como a Sistematização tem 93 membros certamente uma das duas contas deve estar errada.

As ameaças de Sarney, aliás, mereceram ontem uma reação indignada de Ulysses Guimarães. "A questão do mandato será definida de acordo com a consciência dos constituintes e, principalmente, a opinião pública", disse. "Ou a Constituição é soberana ou é suserana, não tem os requisitos de sua independência".

(Quando Ulysses falou em "suserana", os repórteres foram ao dicionário. De acordo com Aurélio Buarque de Hollanda, suserano é um adjetivo para "o que possui feudo, do qual outros dependem". Refere-se ainda aos "sobreranos que têm vassalagem de Estados aparentemente autônomos".)

Se Sarney pretender contar com o peso do Centrão para reforçar os cinco anos, poderá desistir, na opinião do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do grupo. "Não podemos fazer confusão",

adverte. "O Centrão não cuida dos problemas de sistema de governo nem de mandato". Mas Coimbra diz que, pelas suas avaliações, 50 votos já estariam garantidos para os cinco anos.

Nada disso, contesta o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro: os defensores dos cinco anos, segundo ele, "partem de um núcleo de 38 membros", enquanto que os favoráveis aos quatro anos seriam 34. Sobram, portanto, pelas suas contas, 21, que estariam esperando, antes de decidir, a votação sobre a data de implantação do parlamentarismo, o que ocorrerá antes da fixação da duração do mandato de Sarney. Se Sarney perder, terá duas saídas: esperar a reversão no plenário ou antecipar mesmo as eleições amplas e gerais, para que o novo presidente começasse a governar com um novo Congresso. Mas aí são os senadores e deputados que não concordam.